



CARTA DAS REDES NACIONAIS DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As Redes Nacionais de Defesa de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - FNDCA; Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI); Rede ECPAT Brasil Pelo Fim da Exploração, Abuso Sexual e Tráfico de Crianças) manifestam solidariedade a Mariana Ferrer e REPUDIAM os fatos ocorridos no processo relativo ao estupro vivenciado pela jovem, que redundou em graves violações de direitos da vítima, durante toda a sua tramitação.

Os direitos sexuais de meninas e mulheres são direitos humanos, reconhecidos nos tratados internacionais e na legislação brasileira, razão pela qual devem ser promovidos, respeitados e defendidos pelo Estado e pela sociedade.

A violência sexual constitui uma das faces mais cruéis e perversas das violações de direitos humanos, que remete às relações históricas, culturais e de poder. Trata-se de um problema que tem suas raízes em desigualdades que produzem opressões, criam hegemonias e forjam imaginários sociais que legitimam e naturalizam a violência, reduzindo mulheres e crianças a objetos de desejo ou mercadorias.

A conclusão do judiciário e a condução da tramitação do caso apontam a seletividade do sistema de justiça em favorecer estruturas patriarcais, classistas e misóginas, desqualificando o depoimento da vítima e a expondo a situações constrangedoras e vexatórias.

O sistema de justiça é teoricamente pensado para proteger as vítimas, porém muitas vezes, revitimizam quem deveriam resguardar, e foi exatamente o que ocorreu no caso Mariana Ferrer.

Nesse sentido, expor o caráter nefasto de condução do processo é fundamental pra promover o enfrentamento não apenas da violência sexual e de gênero, mas também para se repensar a atuação do sistema de justiça. É inaceitável que práticas institucionais e decisões judiciais estimulem a violência de gênero e reproduzam valores patriarcais e autoritários, contribuindo para perpetuação das desigualdades.

Tendo em vista a inegável ofensiva de forças conservadoras, que tem retirado direitos e desmontado marcos normativos e políticas públicas conquistadas através de lutas e incidências

coletivas nesses 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e 20 Anos do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o posicionamento das Redes Nacionais de Defesa de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes é imperioso para garantir que as dimensões dos direitos sexuais, como direitos humanos sejam asseguradas e materializadas, e que não haja retrocessos nas conquistas adquiridas desde o processo de redemocratização do país.

Nesse contexto, o julgamento ocorrido na 3^a Vara Criminal de Florianópolis-SC reforça um padrão discriminatório na análise do crime sexual e expõe problemas estruturais de todo o sistema de justiça. Mariana Ferrer teve sua honra atacada pelo advogado do réu, com a conivência do promotor e do juiz, motivo pelo qual se mostra urgente a apuração do caso pela OAB, CNMP e CNJ.

Sigamos Fazendo Bonito, resistindo e fortalecendo o controle social!!!!

